Caboclos, extrativistas e operários: a formação da mão de obra industrial na Amazônia nos anos de 1940*

Adalberto Paz**

Resumo: Este artigo pretende analisar o contexto de formação de uma classe operária industrial na década de 1940 no extremo norte amazônico, atual estado do Amapá, a partir das noções de trabalho, cidadania e sociedade estabelecidas durante o Estado Novo. Partindo dessa realidade específica, pretende-se demonstrar como uma população ainda fora dos ditames de produtividade e regularidade capitalistas foi integrada a tais exigências, associadas aos objetivos de desenvolvimento propostos como alternativa ao que era considerada uma região atrasada, econômica e culturalmente, em relação aos grandes centros do país.

Palavras-chave: Classe operária, mineração industrial, Amazônia, Amapá.

Abstract: This article aims to analyze the context of forming an industrial working class in the 1940s in the far northern Amazon, the current state of Amapá, from the notions of work, citizenship and society established during the Estado Novo. Based on this specific situation, it is intended to demonstrate how a population still outside the dictates of capitalist productivity and regularity was integrated to such requirements, associated with development objectives proposed as an alternative to what was considered a backward region, economically and culturally, in relation to major centers of the country.

Keywords: working class, industrial mining, Amazon, Amapá.

Amazônia: auge e decadência

No começo do século XX, as duas maiores cidades amazônicas, Belém e Manaus, viviam toda a opulência proporcionada pela economia da borracha, a partir do apogeu de exploração e de comercialização iniciado há algumas décadas. Um surto impressionante, talvez comparável apenas ao seu desmoronamento igualmente

* Algumas das reflexões neste artigo são resultado da pesquisa apresentada na dissertação intitulada “Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História Social, da Unicamp, no dia 14 de março de 2011, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva. Parte da pesquisa foi financiada por uma bolsa de Mestrado do CNPq. Agradeço as considerações feitas ao trabalho acima citado pelos professores Alexandre Fortes, Claudio Batalha, Michael Hall e Paulo Fontes.

** Universidade Federal do Amapá. Doutorando na Universidade Estadual de Campinas

vertiginoso. Contudo, bem antes que os interesses da crescente industrialização mundial levassem ao cultivo da *hevea brasiliensis* no Sudeste Asiático e precipitassem a falência dessa sociedade, os limites do extrativismo gomífero já eram discutidos pelas autoridades nortistas brasileiras. Um dos principais incômodos era representado pelo receio de apoiar suas economias sobre um produto “selvagem” — em vez de agrícola —, obtido de maneira irregular, dada a sua localização dispersa e sua produtividade sazonal.¹ Não por acaso, aliás, foram justamente essas características que impediram a Amazônia de concorrer com a borracha asiática, cujas técnicas de cultivo e cujo volume de produção foram concebidos especialmente para atender as demandas das fábricas europeias, em particular, a automobilística.

Duas questões chamam a atenção quando observamos mais de perto as especificidades do auge da borracha na Amazônia e suas consequências para os anos posteriores ao seu declínio. A primeira, conforme destacado por Barbara Weinstein, foi o fato de que essa economia quase não modificou as relações e os “modos tradicionais de produção e troca” estabelecidos desde a era colonial para a exploração de outros produtos como o cacau, óleos e madeiras, com a diferença de que as redes de relações comerciais no século XIX se tornaram bem mais complexas e sofisticadas.² Em outras palavras, a forma como se obtinha o produto ainda era essencialmente um tipo de coleta: o seringueiro tinha que percorrer as “estradas” (como eram chamados os locais por onde se distribuíam naturalmente as árvores de seringa), realizando sucessivos cortes e a instalação dos recipientes para o recolhimento do látex, árvore por árvore, durante dias, realizando também — por meio de métodos indígenas — a coagulação artesanal do produto para o transporte. Tudo geralmente sozinho.³

Outro importante aspecto dessa economia foi a excessiva concentração das riquezas em torno das elites residentes nas duas capitais amazônicas. Embora muitos estudos tenham demonstrado as significativas transformações urbanas e culturais características da *Belle Époque*, o fato é que muito pouco dessa modernidade e dessa prosperidade ultrapassou os limites dos centros comerciais e financeiros de Belém e Manaus.⁴ Como demonstrou Cristina Cancela, analisando o caso do Pará, as estratégias para a manutenção, para a restrição e para o domínio sobre os ganhos obtidos com a produção gomífera passavam, inclusive, pelo estabelecimento de sucessivas alianças matrimoniais entre a antiga elite paraense detentora de terras e fazendas de gado e importantes comerciantes e proprietários de estradas de seringa e casas aviadoras⁵ — a maioria dos quais eram portugueses — como forma de manter e ampliar sua condição de classe dominante, diante das mudanças que vinham ocorrendo ao longo do século XIX.⁶

1 Não era raro ver os presidentes da Província do Pará justificando a incipiente agricultura local devido às “facilidades” do extrativismo de subsistência e o envolvimento de grande parte da população com a extração da borracha. Cf.: Pará. Relatório apresentado ao exm. senr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides pelo exm. senr. Dr. Pedro Vicente de Azevedo por ocasião de passar-lhe a Administração da Província do Pará, no dia 17 de janeiro de 1875. Belém: Typ. de F. C. Rhossard, 1875, p. 60. Sobre o assunto ver: QUEIROZ, Jonas Marçal de. Artífices do próspero mundo novo: colonos, migrantes e imigrantes em São Paulo e no Pará (1868-1889). Tese (Doutorado em História Social), USP, São Paulo, 2005, p. 39-55.

2 WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993, p. 30-31.

3 O que não significa que o seringueiro não pudesse, em alguns casos, ter ou constituir família nos seringais. Essa família poderia até mesmo ajudá-lo em outras atividades produtivas ou de subsistência. Cf.: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX. *Encontros com a civilização brasileira*. v. 11, 1979.

4 Cf.: SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). Belém: Paka-Tatu, 2002.

5 Estabelecimentos que forneciam principalmente alimentação e ferramentas aos seringueiros, por meio de um sistema de crédito, mas com valores hiperinflacionados em relação ao preço comum nas cidades.

6 CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém 1870-1920)*. Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2006.

Assim, como resultado da pouca diversificação econômica regional, de técnicas de produção rudimentares, de experiências agrícolas frustradas e da restrita circulação das riquezas para além das capitais, a maior parte da Amazônia mantinha, ainda, por muito tempo o mesmo padrão de sustentabilidade conhecido há séculos, baseado no extrativismo (comercial ou de subsistência) como principal atividade com a qual se ocupava a maior parte da sua população, por todo o seu extenso território.

A partir da década de 1920, a região que compreende o atual estado do Amapá se tornaria palco de algumas tentativas colonizadoras oficiais. Nesse momento, o governo brasileiro enviou uma comissão às proximidades da fronteira com a Guiana Francesa, no intuito de estabelecer as bases para uma experiência agrícola que possibilitasse uma ocupação mais efetiva daquele território. Desse modo, nos primeiros meses de 1921, chegavam “os materiais necessários à construção de um hospital, da casa de administração e de uma escola, além de grande cópia de ferragem, instrumentos de lavoura e de uma pequena serraria a vapor, para facilitar a construção das casas dos colonos”⁷ — a maioria dos quais eram cearenses atingidos pela grande seca de 1915-1919⁸ — que ocupariam o Núcleo Colonial Cleveland.

Em pouco tempo, porém, Cleveland integrou a longa lista de fracassos em colônias agrícolas no Pará.⁹ Todavia, o governo federal não demorou a dar outro destino à infraestrutura já existente naquele local. Transformada em colônia penal, Clevelândia do Norte passou a ser o destino de muitos dissidentes, anarquistas, comunistas e demais “indesejáveis” ao poder público em regime de exceção, a partir da chamada Revolução de 1924. Muitos jamais retornaram aos seus estados de origem, pois, segundo Paulo Sérgio Pinheiro, um relatório encaminhado ao Ministro da Agricultura de Artur Bernardes informava “que, em 1926, dos 946 prisioneiros desterrados para Clevelândia, 444 haviam morrido”.¹⁰ Após 1927, com o fim do estado de sítio, foi feita uma nova tentativa de retomar as pretensões agrícolas em Clevelândia, tornando-a ainda um posto avançado do Exército Brasileiro. Mas, com o regresso dos últimos prisioneiros ao Centro-Sul do país, o destacamento foi sendo paulatinamente transferido até que, “em 1930, já não havia mais militares em Clevelândia”.¹¹

7 “A Noite, 7 abr. 1921”, apud ALICINO, Padre Rogério. Clevelândia do Norte. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971, p. 86.

8 ROMANI, Carlo. *Clevelândia, Oiapoque — aqui começa o Brasil*: trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927). Tese (Doutorado em História), Campinas: IFCH - Unicamp, 2003, p. 108-120. Sobre o impacto da seca de 1915-1919 no Ceará, e seus personagens sociais e políticos durante a criação das frentes de serviço do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, ver: CASTRO, Lara de. “Avalanches de flagelados” no sertão cearense: retirantes-operários e engenheiros na lida das obras contra as secas. Fortaleza: DNOCS/BNB-ETENE, 2010.

9 O nome “Cleveland” teria sido uma homenagem ao presidente estadunidense Grover Cleveland, em virtude do alinhamento da diplomacia brasileira com aquele país, objetivando apoio nas questões de limites internacionais com potências europeias, entre o final do século XIX e início do século XX. A existência de uma cidade intitulada Clevelândia, no Paraná, teria motivado a mudança do nome da colônia instalada no Oiapoque para “Clevelândia do Norte”. Cf.: SAMIS, Alexandre. Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil. São Paulo: Imaginário, 2002, p. 158-160.

10 PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil. 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 95. Sobre Clevelândia, ver também: BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. Dissertação (Mestrado em História), PUC/SP, 2008. Para uma análise sobre “a vida nas prisões” a partir da repressão do Estado aos diversos tipos de movimentos sociais, operários, militantes e segmentos populares de forma geral, na primeira metade do século XX, ver: FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 99-122.

11 ROMANI, Carlo. Clevelândia, Oiapoque — aqui começa o Brasil. Op. cit., p. 383.

A Amazônia nos anos de 1940: o caso do Amapá

Na década de 1940, a política federal para a Amazônia ambicionava a sua integração ao restante do país por meio da chamada “Marcha para o Oeste”. Apoiando-se em um discurso que preconizava a existência de “vazios demográficos” no interior brasileiro, o governo Vargas pretendia incentivar fluxos migratórios para esses espaços, o que incluía o Norte do país. Pode-se considerar, contudo, que uma das medidas de maior impacto para a Amazônia durante o Estado Novo não foi concebida exclusivamente para aquela região. Trata-se da criação de cinco territórios federais: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu — desmembrados dos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina —, a serem administrados diretamente pelo governo federal, por meio de interventores nomeados pelo presidente.¹² Um dos objetivos era justamente criar condições necessárias para o desenvolvimento de regiões periféricas, mas estrategicamente importantes, entre outras coisas, por abrigarem fronteiras internacionais.

De fato, a decisão em tornar o Amapá um território federal não encontrou resistência entre as autoridades paraenses; muito pelo contrário, parecia ser uma resposta às sucessivas dificuldades econômicas locais, não muito diferentes das encontradas no restante da Amazônia, com o agravante de que o Amapá não viveu as transformações e o fluxo financeiro que se restringiram às capitais, embora sempre tenha se mantido diretamente sob influência econômica e administrativa de Belém, desde a fundação das vilas de Macapá e Mazagão, no século XVIII.

Sob esse aspecto, o primeiro governador do Amapá, Janary Gentil Nunes¹³, tinha como principal desafio alcançar os objetivos intrínsecos à própria criação do território federal, a partir de uma realidade caracterizada pela ausência de atividades produtivas que possibilitassem uma escalada de desenvolvimento satisfatória, dentro dos padrões da moderna sociedade capitalista. Em qualquer um dos segmentos que compunham a produção econômica local (borracha, castanha-do-pará e outras sementes oleaginosas, madeiras, peixe salgado e o grude de peixe, ouro, couro de boi, gado e peles de animais silvestres), a natureza era quem direcionava os trabalhos, determinando fatores que controlavam invariavelmente a quantidade e, portanto, a oferta dos produtos. Era preciso levar em conta a época do ano, o regime de marés fluviais e oceânicas, a ocorrência de determinadas espécies nativas neste ou naquele lugar, a descoberta de algum novo veio aurífero e infinitos outros detalhes que apenas os próprios amazônidas conheciam ou sabiam reconhecer.

Nos anos de 1940, especificamente, havia dois grandes segmentos econômicos extrativistas sendo praticados, respectivamente, nas regiões Sul e Central do território amapaense: o vegetal, com a coleta da castanha-do-pará e da borracha; e o mineral, com a garimpagem do ouro. Embora cada atividade exigisse um tipo de conhecimento específico, muitos trabalhadores desenvolviam mais de uma atividade durante o ano, de acordo com a região em que viviam e com o que pudesse ser mais vantajoso em determinado momento.

12 Decreto-Lei n.º 5812, de 13 de setembro de 1943.

13 Janary Nunes era natural de Alenquer (no estado do Pará) e, após sair da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, serviu como Oficial do Exército em cidades como Petrópolis, Curitiba e Florianópolis. Também esteve no Pelotão Independente do Oiapoque e estava comandando a 1.ª Companhia Independente de Metralhadoras Antiaéreas em Belém, quando foi nomeado por Getúlio Vargas para governar o Amapá, em 27 de dezembro de 1943, aos 31 anos de idade. Cf.: BENEVIDES, Marijeso de Alencar. Os novos territórios federais. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 75.

A colheita da castanha-do-pará era uma atividade de grande destaque entre os rios Jari, Cajari e Vila Nova, no Sul do Amapá. Um artigo na Revista Brasileira de Geografia, de 1943, descreve assim a atividade:

A colheita se inicia quando todos os frutos começam a cair das árvores, o que se dá em fins de janeiro. [...] Em vista da altura da copa a colheita se realiza no chão. Na própria mata, os colhedores partem os frutos para retirarem as amêndoas [castanhas], comumente em número de 12 a 22 em cada ouriço [invólucro que contém as castanhas]. O trabalho obedece à disciplina sazonal. [...] Armada uma barraca singela sob a floresta, com uma cobertura fortemente inclinada para o chão, a fim de evitar o perigo da queda imprevista dos volumosos e pesados frutos, dentro dela espera o trabalhador dos castanhais (apanhadores, carregadores, etc.) o momento que, agitados pelos ventos, os galhos passam a desprender todos os ouriços maduros. Cautelosamente deixa, então, o abrigo e passa a encher o paneiro, (às vezes uma cangalha) de frutos encontrados pelo chão. Realizada a primeira colheita, novamente se recolhe à barraca-esconderijo a fim de aguardar a nova queda dos frutos.¹⁴

Como se pode notar, havia um perigo iminente na coleta aparentemente fácil da castanha. Devido à altura de quase trinta metros da *Bertholletia excelsa* (árvore de castanheira) e ao peso de cerca de um quilo dos ouriços que caem a cada sopro dos ventos, ser atingido na cabeça por um desses invólucros poderia ser fatal. Por conta disso, não foram poucos os castanhais que morreram tragicamente no exercício das suas funções.

A extração do látex da seringueira para a obtenção da borracha também possuía dinamismo próprio, sendo encontrada em abundância nos municípios de Macapá e Mazagão. Um relato de 1942 afirmava ser o seringalista (chefe, patrão ou dono do seringal) “a réplica amazônica do fazendeiro de gado, ou de café, das outras regiões do país”, e explicava as principais características do serviço, distinguindo os trabalhadores de acordo com sua origem e área de atuação:

Os seringueiros, filhos da região, trabalham nos seringais envelhecidos da área restrita às ilhas e terras planas do baixo Amazonas. [...] imigrantes do Ceará exercem a profissão nas cabeceiras dos rios. [...] o primeiro é o seringueiro das ilhas, sendo o segundo o seringueiro das cabeceiras, ou dos afluentes remotos. [...] seja qual for o seu domínio, o equipamento do seringueiro se reduz à faca, balde, tigelinhas, bacia, buião, fôrma ou tariboca. [...] O das ilhas embarcado na montaria [canoas], só depois de nascido o sol, parte para o trabalho, na vazante da maré, vestindo calças de algodão, blusa, gorro de pano à cabeça, levando balde, terçado, e espingarda. [...] o seringueiro das cabeceiras é um madrugador que, às três horas, se encontra, sem demora, preparado para a luta, trajando calça e blusa, borzeguins de borracha, de fabricação própria, ostentando terçado na cinta e rifle a tira-colo. Na cabeça, exibe o capacete de latão, sobre o qual assenta a lamparina de querosene, auxílio para o serviço de corte “à noite”.¹⁵

Segundo Antônio Teixeira Guerra — um geógrafo que visitou o Amapá nos anos de 1940 —, no Sul do Amapá era comum que muitos seringueiros também fossem castanhais. Isso era possível porque os trabalhadores desempenhavam

14 IBGE. Tipos e aspectos do Brasil: castanhais. *Revista Brasileira de Geografia*, jul.-set. 1943, p. 487-489.

15 IBGE. Tipos e aspectos do Brasil: seringueiros. *Revista Brasileira de Geografia*, abr.-jun. 1942, p. 127.

suas atividades de acordo com o nível dos rios e com o índice pluviométrico de cada região em determinadas épocas do ano. Assim, durante o período das chuvas — entre os meses de janeiro e abril — os trabalhadores apanhavam as castanhas nos médios e altos cursos dos rios; e na estiagem — entre os meses de setembro e dezembro — dedicavam-se à extração do látex das seringueiras, nos baixos cursos. Nos meses intercalados — maio a agosto — coletavam sementes oleaginosas como murumuru, ucuuba, andiroba, patoá, copaíba etc.¹⁶

Após a coleta dos produtos, os trabalhadores os negociavam com o *seringalista* (no caso da borracha) ou com o *barracão* (casa de comércio situada estrategicamente nos pontos de parada obrigatória das cachoeiras ou bocas dos rios), no caso das castanhas. Porém, na prática, os barracões negociavam diversos produtos trazidos pelos caboclos, como por exemplo, peles, farinha e látex também.

Tanto os barracões quanto os seringalistas negociavam com os produtores diretos por meio do *sistema de aviamento*. Esse sistema consistia no repasse antecipado de mercadorias ou ferramentas, em forma de crédito, aos produtores. Estes, por sua vez, tinham o valor do seu débito compulsoriamente abatido de acordo com a quantidade de produto entregue aos barracões ou para o seringalista. Porém, como o valor das mercadorias e das ferramentas era sempre muito superior ao valor pago pela castanha ou látex, os coletores acabavam contraindo uma dívida impagável com seus credores ou patrões.

Entre os anos de 1899 e 1948, o maior latifundiário, seringalista e dono de barracões em atividade no Amapá foi José Júlio de Andrade. Os domínios do “Coronel José Júlio”, como era popularmente conhecido, estendiam-se desde a cidade de Almeirim e Porto de Móz, no estado do Pará, até a porção Sul do Território Federal do Amapá, num total de aproximadamente três milhões de hectares. Muitos castanheiros e seringueiros viviam sob a autoridade de José Júlio e continuaram vivendo condição semelhante após ele decidir vender suas propriedades a um grupo empresarial português que criou três grandes empresas para a comercialização da borracha e da castanha: a Jarí Indústria e Comércio, a Companhia Industrial do Amapá e a Companhia de Navegação Jarí S.A.¹⁷

Apesar do nomadismo que caracterizava as tradicionais atividades de seringueiros e castanheiros, Lúcio de Castro Soares destaca que a maior vantagem dos povoamentos baseados neste tipo de exploração vegetal era a formação do que ele chamou de “centros de convergência humana”, que funcionavam como verdadeiras “bases de penetração, pontos de partida ou focos de irradiação das entradas na floresta”, servindo ao mesmo tempo como entrepostos distribuidores dos produtos florestais e centros do comércio regional. Esse tinha sido o caso do Amapá, afirma Soares, até que os preços da borracha sofressem uma forte queda no início do século XX, causando um drástico refluxo populacional.¹⁸ Mesmo assim, a exploração da seringueira fora a que mais conseguira criar núcleos de povoamento entre as regiões dos rios Jari, Cajari, Maracá, Ajuruxi, Vila Nova, Matapi e Amapari.

Se o povoamento baseado no extrativismo vegetal era instável, maior precariedade havia naqueles surgidos ao redor dos garimpos. Embora possuíssem grande

16 GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 190-191; 226-294.

17 Em 20 de março de 1967, o grupo português revendeu o espólio de José Júlio e seus empreendimentos para um empresário estadunidense, Daniel Keith Ludwig. Este foi o início de outro grande e polêmico projeto econômico no Amapá: o Projeto Jarí. Cf.: LINS, Cristóvão. *Jarí: setenta anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991.

18 SOARES, Lúcio de Castro. Contribuição ao estudo da ocupação humana do Território do Amapá. *Boletim da Secção Regional do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, ano II, n.2 e 3, p. 23-25.

capacidade de atração populacional em curto espaço de tempo, o fim do “rush” geralmente implicava dispersão e esvaziamento humano da área. No início da década de 1940, a maioria dos garimpos localizados nos rios Oiapoque, Cassiporé, Calçoene, Araguari e Vila Nova estava em franca decadência e praticamente extintos.

A intenção e o gesto: relações de força em um “espaço vazio”

Não obstante as constantes intervenções dos órgãos oficiais de imprensa e propaganda do governo de Janary Nunes, como o jornal *Amapá* e a rádio Difusora — para que o homem comum amapaense adotasse um estilo de vida sedentário, constituísse uma família estável e cultivasse hábitos saudáveis de higiene e moradia — a própria iniciativa governamental incentivava um intenso deslocamento de trabalhadores e sua dispersão pelo interior do Território, recompensando aqueles que descobrissem determinados tipos de minerais economicamente aproveitáveis:

Já se vem observando estes últimos dias, certo movimento de trabalhadores que rumam para as ricas regiões estanhíferas do rio Amapari. É o começo, estamos certos, de uma nova era para a vida econômica do Amapá, que sempre guardou adormecido em seu solo e entranhado em seu sub-solo (sic) tão grande tesouro. A iniciativa oficial foi o toque de reunir. [...] Não será de admirar, portanto, vermos em breve enorme fluxo beneficiador de braços.¹⁹

Segundo Alfredo Gama, outro pesquisador que esteve no Amapá no início da década de 1940, a habitação típica não só dos mineradores de ouro, mas também da maioria dos caboclos com quem teve contato, era construída com materiais da própria floresta, de modo que “num abrir e fechar de olhos está instalado otimamente, tendo no momento que necessitar toda a matéria-prima ao alcance de sua mão”. De aspecto frágil e provisório, era prontamente abandonada logo após o esgotamento dos depósitos auríferos. Tal habitação era chamada pelos próprios moradores de *carbet* ou *carbê*. Gama nos oferece uma descrição bastante detalhada da sua estrutura, a partir de suas observações no vale do rio Oiapoque:

a não ser por um cipó muito resistente, é construído exclusivamente com o assaizeiro (sic). Os troncos mais grossos servem de esteio e os mais finos, que rachados ao meio recebem o nome de juçara, servem para construir as paredes e o assoalho; o teto é inteiramente coberto com folhas, que sendo bem trançadas por um perito, abrigam tão bem quanto as melhores telhas. Toda a construção é amarrada com fortíssimos cipós que existem em grande abundância em toda a região. Escolhem dois dos maiores troncos e depositam paralelamente da porta do carbê até dentro do rio, e está feito o porto.²⁰

Na região de Santa Maria, no rio Vila Nova, o relatório do diretor do Departamento de Produção do governo territorial, Arthur de Miranda Bastos, descreve de forma desoladora a atividade aurífera naquela região, segundo ele, explorada de forma desordenada por “garimpeiros ignorantes”. Nesse cenário caótico, “não se atravessa o lugarejo — uns trinta casebres ou três casas cobertas de palha, dispostos

19 *Amapá*, 14 jul. 1945, p. 2.

20 GAMA, Alfredo. *Um rio a serviço de dois povos*. Belém, 1947, p. 57.

de qualquer maneira — sem se embarçar com uma quantidade de valas, covões e montes de terra, destroços daquelas explorações”. Terminava afirmando “a perfeita possibilidade de transformação da atual garimpagem, incerta e precária, numa indústria de mais alto rendimento”, utilizando o trabalho de especialistas na descoberta e no aproveitamento de novas jazidas.²¹

Em livro publicado em 1947, Arthur Bastos reafirmou as suas críticas em relação à forma tradicional de extrair o ouro nos garimpos de Santa Maria. Analisando a descrição que ele próprio fez das suas viagens, é razoável supor que Bastos tentou de alguma maneira interagir com os garimpeiros e faiscadores, com o intuito de lhes “orientar” os serviços, por meio de “conselhos”, no que deve ter sido rechaçado, pois, além de ignorantes, os trabalhadores lhe pareceram bastante arrogantes também. A reação deles lhe soou como absurda, pois

se os faiscadores fossem todos perfeitos entendidos na profissão, seu esforço teria melhor recompensa. Muitos, entretanto, mal aprendem a identificar o cascalho [pedaço de terra onde se localiza o ouro], consideram-se mestres e não aceitam mais conselhos. O resultado é que, com seu trabalho desordenado, não conseguem aproveitar mais do que uma parte do ouro existente no terreno. Lavam aqui e ali, arbitrariamente, quando deviam abrir as catas (buracos), umas seguidas às outras, sem desprezar nenhuma extensão de cascalho.²²

A presença de uma autoridade pública dizendo como deveriam fazer algo que muitos faziam há anos — talvez décadas — além de ser algo novo, certamente não foi muito bem visto pelos garimpeiros naquela ocasião. Para trabalhadores acostumados a ir de um lugar a outro, sempre por conta própria, desempenhando suas atividades de maneira independente e sem nenhuma supervisão, a interferência de um estranho em seu *modus operandi* provavelmente lhes pareceu igualmente arrogante e impertinente.

Outra característica marcante nas áreas de garimpo era o elevado custo de vida. Em geral, trocavam-se gêneros de consumo por ouro em pó, a um “câmbio” de vinte cruzeiros por grama (em outros lugares esse valor poderia ser acrescido). Com base nisso, mas sem divulgar os valores correspondentes aos alimentos nessas regiões, Arthur Bastos calculava que um garimpeiro precisaria obter, no mínimo, dois gramas de ouro, por dia, para poder se sustentar na região do Vila Nova.²³

Desse modo, de acordo com o primeiro *Relatório das atividades do Governo territorial*, de 1946, a maior parte da população do Amapá vivia no interior do Território, esparsamente distribuída, “isolada em casas miseráveis, na zona de influência dos barracões ou casas de comércio que transacionam as matérias-primas” que eram obtidas na natureza.²⁴

Entretanto, mesmo em Macapá, capital do Território, muitas das construções também eram bastante rudimentares. Em 1946, durante as homenagens a

21 BASTOS, A. de Miranda apud. NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 29.

22 BASTOS, A. de Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p. 42.

23 Em junho de 1948, o jornal Amapá divulgou uma tabela de preços, de acordo com pesquisa realizada nos meses de janeiro a maio nas cidades de Macapá, Amapá, Mazagão e Oiapoque. Tomando-se como referência a média geral dos valores praticados naquele ano, a quantia de Cr\$20,00 era capaz de comprar aproximadamente: 1 kg de Arroz (Cr\$4,59), 1 Kg de feijão (Cr\$6,96), 1 kg de açúcar (Cr\$5,52) e 1 kg de farinha de mandioca (Cr\$2,04). Esses valores servem apenas como base comparativa, já que o difícil acesso às áreas de garimpo, a distância em relação à sede dos municípios e a especulação tendiam a encarecer bem mais os produtos que chegavam ao interior do Território. Cf.: *Custo da vida: médias mensais. Amapá*, 12 jun. 1948, p. 3.

24 NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Op. cit., p. 7.

Veiga Cabral — considerado o “herói da libertação do Amapá” na questão do Contestado entre Brasil e França —, Janary Nunes discursou criticando “as palhoças, sem higiene nem conforto, como se faz comumente nos bairros mais afastados”. Aproveitou ainda para anunciar o aumento dos salários do funcionalismo público e reclamou “da maneira pela qual a população, *principalmente os proletários*, vem tratando sua alimentação”, desprezando, por exemplo, a ingestão de legumes, mesmo sendo distribuídos gratuitamente pelo governo.²⁵

As reclamações envolvendo alimentação e produção de alimentos eram igualmente recorrentes entre as autoridades no Amapá. Em seu primeiro relatório trimestral, Roque de Souza Penafort, prefeito do Oiapoque, expressava angústia em relação aos fracassos da sua administração, e de outras anteriores, na tentativa de realizar uma produção agrícola que pudesse abastecer a cidade e as localidades próximas. Segundo ele, as culturas davam resultado praticamente nulo; “milho, feijão e arroz é como se não se cultivasse”. E sentenciava: “se não descobrirmos um novo método, se não houver uma modificação, continuaremos produzindo apenas farinha, em quantidade tão reduzida que pouco sobra do consumo dos próprios agricultores”.²⁶

Alguns pesquisadores acreditavam que a falta de experiência, ou mesmo de hábito, e o emprego de métodos inadequados no trato com o solo inevitavelmente levavam os caboclos amazônidas a experiências agrícolas malsucedidas, criando “aversão e impotência” entre populações acostumadas a obter seu sustento por meio do extrativismo. Para Sócrates Bonfim, diante de tantas incertezas, não havia segurança ou garantia alguma que incentivasse o abandono das “safras extrativas” em favor das “safras agrícolas”, principalmente porque o que estava em jogo era a sobrevivência imediata dessas populações.²⁷ Haveria, portanto, um misto de desconfiança e tradicionalismo que fazia com que o homem comum não correspondesse às expectativas econômicas governamentais na medida em que eles gostariam. Se para o governo tratava-se apenas de aumentar a produção agrícola para dinamizar o mercado interno, para o caboclo a questão principal era se ele teria o que comer com a sua família.²⁸

À época em que Gama, Soares e Guerra desenvolviam seus estudos, portanto, a população amapaense já estava sob a vigência de um projeto político que visava à profunda modificação dos seus padrões culturais e formas de reprodução social, pois, a partir das diversas “vozes” que se sobressaem nos documentos oficiais, percebe-se que as constantes críticas não se voltavam contra os tipos de produtos que alicerçavam a economia regional, e sim à *maneira* como essa produção estava sendo realizada. Aqui, mais uma vez, recorremos às impressões registradas por Alfredo Gama, após conviver várias semanas entre as populações do Norte do Território Federal do Amapá. Segundo ele:

25 As homenagens prestadas à memória de Veiga Cabral. Amapá, 18 maio 1946.

26 “Relatório das Atividades da Prefeitura Municipal do Oiapoque Referente ao 1.º Trimestre de 1950” *apud*. GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Amapá*. Op. cit., p. 243.

27 BONFIM, Sócrates. *Reflexões em torno da valorização da Amazônia*. Mimeo. 1951. Sobre as expectativas em torno das vantagens não só econômicas, mas civilizatórias, advindas de uma “Amazônia agrícola”, e a crítica ao extrativismo segundo diversos pensadores, ver: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX”. Op. cit., p. 101-147.

28 James Scott pesquisou tema muito semelhante a este no Sudeste Asiático, onde, devido a diversas contradições de ordem natural e econômica, os camponeses também tinham que se defrontar com a escolha entre manter formas tradicionais de cultivo, mas que garantiam sua sobrevivência ou arriscar o emprego de técnicas mais sofisticadas, mas com possível comprometimento da sua segurança alimentar. Ver: SCOTT, James C. *The moral economy of peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven. Yale University Press, 1976, p. 35-55.

O caboclo do Oiapoque é demasiado moderado e de uma calma imperturbável: apesar de ser bom atirador, e mesmo que a munição custe muito caro como alegam, a carne, a pele da caça adquirida, [se quisessem] daria um bom negócio. Mas ele é teimoso e não sai desse princípio: uma vez morta meia dúzia de caças, ele pára; põe a espingarda ao ombro e fuma tranquilamente seu cigarro e calmamente começa a volta rumo à margem [do rio], onde fica sentado, esperando o companheiro que às vezes é ainda mais calmo; quando o companheiro chega, o caboclo pergunta: “matou alguma coisa”? E o companheiro responde: “Hum, Hum!”, que é de significado afirmativo [...] chegando no *carbê*, desembarca toda a carga e entrega para a mulher, e fica de cócoras na porta, até a hora do *chibé* [mistura de farinha de mandioca com água]. [...] Assim trabalha o caboclo do Oiapoque para garantir o sustento da família que, na maioria, é composta dele, a mulher e uma dúzia ou mais de filhos.²⁹

Essa forma específica de administrar o tempo e os recursos disponíveis não poderia mais ser tolerada. Embora o jornal Amapá buscasse utilizar uma linguagem muito mais polida, cuidadosa e até laudatória, ao se referir aos trabalhadores, o primeiro *Relatório das atividades do Governo do Território* não precisava medir tanto as palavras. Sendo um documento de circulação restrita, direcionado exclusivamente ao presidente da República, Arthur Bastos, por exemplo, podia utilizá-lo para afirmar abertamente que a atividade mineradora no Amapá estava entregue às mãos de trabalhadores estúpidos e incapazes, que cavavam a terra de maneira bruta e primitiva, desperdiçando a riqueza que, certamente, técnicos treinados e habilitados dariam melhor aproveitamento.

Por outro lado, um artigo publicado em janeiro de 1947 criticava o nomadismo e a inconstância típicos das áreas de garimpo (mas também de seringueiros e castanheiros), porém, como em outros casos, ressaltava a atuação do governo territorial para com essas populações, destacando principalmente sua ação civilizatória por meio da criação de escolas, postos de saúde e, mais uma vez, a garantia dos direitos dos trabalhadores. Segundo o articulista,

antes de o Amapá ser integrado, em definitivo, no seio da nacionalidade, pululavam nas zonas mineiras dezenas de aventureiros, raças, idiomas e costumes. Corroídos pela ambição e obcecados pelo desejo de auferir uma fortuna fácil, embrenhavam-se pelas mais ínvias regiões [...]. Mesmo quando o ex-contestado [região disputada entre o Brasil e a França] passou ao domínio da União, continuaram a proliferar na região limítrofe com a Guiana, audazes contrabandistas [...]. A alimentação precária causava o desgaste daqueles infelizes e heroicos descobridores de riquezas, que eram presa fácil das mais terríveis moléstias tropicais, morrendo à míngua, dessorados e esquecidos. [...] Muitos benefícios têm sido disseminados pelo atual governo pelas regiões em que trabucam (sic) os atuais garimpeiros, e dentre estes avultam escolas, postos médicos, postos fiscais e repartições policiais, fomentando a instrução, cuidando da saúde pública, zelando pela manutenção da ordem nesses lugares. Os trabalhadores das minas não vivem, agora, à mercê das contingências, porque a plena consciência dos seus direitos e a convicção no rigor da justiça são as melhores armas de que dispõem para prosseguir no seu labor honesto.³⁰

Afirmavam-se, assim, muitos dos elementos discursivos públicos (em contraposição aos relatórios “internos”) frequentemente dispensados aos trabalhadores. Em primeiro lugar, os garimpeiros não mais eram os protagonistas ignorantes

29 GAMA, Alfredo. *Um rio a serviço de dois povos*. Op. cit., p. 47-48. (itálico no original).

30 A vida dos garimpeiros. *Amapá*, 11 jan. 1947. (grifos nossos).

observados por Bastos, e sim vítimas de uma realidade anterior a eles e que os oprimia, mas que a iniciativa governamental vinha salvar. Segundo, apesar de terem sido relegados ao esquecimento por governos passados, esses trabalhadores resistiram a toda precariedade, como verdadeiros “heróis desbravadores” e seriam agora reconhecidos por isso. E, finalmente, a valorização do elemento e das riquezas nacionais questionava a presença dos indesejáveis forasteiros, contrabandistas que “burlavam a escassa vigilância” e “escamoteavam grandes quantidades de ouro para o estrangeiro”.

De fato, por muitos séculos sempre houve uma contínua e intensa circulação — tanto de pessoas quanto de mercadorias — por meio das fluidas fronteiras entre o Amapá e as possessões inglesas e francesas. Apesar de ser uma atividade bem menos ativa na década de 1940 do que fora no início do século, a mineração foi responsável pelo estabelecimento de diversos “crioulos” — como eram chamados os negros das Guianas inglesa e francesa — no Amapá.

O início da mineração industrial na Amazônia e a formação dos caboclos-operários

As incongruências entre as intenções do governo territorial, de um lado, e a realidade encontrada no Amapá, de outro — levando-se em conta que esta última não era tão “dinâmica” e nem facilmente domesticável quanto teriam desejado os agentes públicos —, aumentavam as dificuldades em ter que promover um impulso de desenvolvimento e progresso, conforme as diretrizes estadonovistas preconizadas para os territórios federais, mas também não impediram as ambições do direcionamento político em vigor.

Janary Nunes era paraense e, inclusive, já conhecia a região do Oiapoque antes mesmo de assumir o governo territorial, em janeiro de 1944. Pouco sabemos a respeito do período em que Nunes viveu naquela região fronteiriça, servindo ao Exército brasileiro. Ainda assim podemos supor que, de alguma forma, a experiência de convívio com personagens típicos locais (seringueiros, garimpeiros, crioulos, estrangeiros etc.) e a influência exercida por reminiscências de heroísmo e riquezas minerais no antigo Contestado com a Guiana Francesa devem ter marcado a trajetória de vida e pensamento do jovem militar.

Em decorrência desse mesmo contato, é possível que Janary tenha sido instigado por histórias disseminadas por um imaginário popular muito comum em regiões de garimpo, especulando sobre o que ainda poderia ser encontrado no subso-lo amapaense. O próprio artigo publicado no jornal Amapá, citado acima, fala das expectativas de “fortuna fácil” e lamenta a ausência de controle e aproveitamento atribuídos a um estado fraco — especificamente os governos da Primeira República — que tantos prejuízos causaram à nacionalidade.

Partindo dessa hipótese, não é de se admirar que uma das primeiras medidas do governo territorial, já em 1945, tenha sido a de concentrar esforços para que fossem exploradas as jazidas de ferro do rio Vila Nova,³¹ mesmo sob o ataque de ferrenhas críticas nacionalistas, vindas principalmente da capital federal, por Janary Nunes ter cedido os direitos de exploração a uma empresa estrangeira: a *Hanna*

31 Segundo o jornal Amapá, as jazidas de ferro do rio Vila Nova foram descobertas em 1939 pelo geólogo Fritz Ackerman, no lugar conhecido como “Santa Maria”, entre os municípios de Macapá e Mazagão. Cf.: *Amapá*, 19 maio 1951, p. 3.

Exploration Company. Durante vários meses entre os anos de 1946 e 1947, o jornal Amapá publicou extensas reportagens acerca das potencialidades das jazidas de ferro do rio Vila Nova. Contudo, a *Hanna Exploration* desistiu das jazidas, por considerar que a quantidade de minério existente era insuficiente para cobrir os custos e garantir os lucros da sua exploração.

Confiando na possibilidade de que fossem localizados outros depósitos de ferro, Nunes ofereceu um prêmio a quem lhe trouxesse provas da existência desse minério em qualquer lugar do Amapá.³² Ao ficar sabendo de tal prêmio, um “mascate fluvial” chamado Mário Cruz levou amostras de algumas pedras escuras que ele havia utilizado como lastro da sua embarcação, cinco anos antes, enquanto vendia mercadorias pelos garimpos no interior do território, tal como faziam muitos regatões nesse período.³³ Após uma análise preliminar, o governador decidiu enviar as amostras ao Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM, no Rio de Janeiro. A resposta revelar-se-ia surpreendente: tratava-se de manganês de excepcional valor comercial e de teor superior a muitas das jazidas conhecidas no mundo àquela época.³⁴

A novidade surgiu em um momento delicado para a indústria mundial, pois, em tempos de Guerra Fria, a Rússia havia suspenso suas exportações de manganês. A medida visava prejudicar diretamente os Estados Unidos e seus aliados que dependiam do minério — usado fundamentalmente na fabricação do aço — mas nada podiam fazer a respeito, pois o controle dos maiores depósitos mundiais e o seu fornecimento estavam nas mãos de Stálin. Dessa forma, a ameaça de insuficiência de manganês fez com que o Amapá passasse a ocupar lugar de destaque nos debates internacionais que envolviam o abastecimento de reservas minerais estratégicas para a economia global.³⁵

A divulgação sobre a descoberta e sobre a importância das jazidas de manganês ocorreu durante as celebrações do 1.º de maio de 1946, em Macapá, em solenidade no Cine-Teatro Territorial, com a presença de várias autoridades, “pondo em evidência o papel do operário no mundo moderno; a perfeita legislação que o ampara, livrando-o do problema das reivindicações, graças à ação do governo de Getúlio Vargas”. E, apesar da maioria da população amapaense desempenhar atividades rurais e extrativistas, a terminologia industrial já estava presente nas falas oficiais, destacando, por exemplo, “a situação especial de proteção em que se acha o operariado amapaense pelo descortino e pelo patriotismo do governador do Território, que se revelou um amigo das classes trabalhadoras”.³⁶ Encerrando os discursos, Janary Nunes tomou a palavra e anunciou

32 Outros prêmios foram oferecidos no mesmo período: “Várias pessoas vêm informando e assegurando ao governo a existência de Carvão de pedra no Território. A Divisão de Produção, devidamente autorizada pelo governador, senhor capitão Janary Gentil Nunes, avisa à população, em especial aos garimpeiros e faiscadores do Amapá, que o governo oferece um prêmio de Cr\$20.000,00 àquele que trazer ao seu Diretor amostras e indicações que comprovem a existência e a localização real desse minério”. Prêmio de vinte mil cruzeiros – Carvão de pedra. *Amapá*, 25 maio 1946.

33 A respeito dos regatões no Amapá no mesmo período, ver: CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa. Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970). Belém: Açai, 2008.

34 O encontro entre Mário Cruz e Janary Nunes, relacionado à descoberta do manganês, acabou sendo utilizado pelo próprio governo como uma espécie de mito fundador de um novo momento para o Amapá, após a criação do território federal. Cf.: PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. *Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Campinas: IFCH – Unicamp, 2011, p. 24-28.

35 Gigantescos depósitos de manganês no Brasil: investigações de geólogos norte-americanos no Território do Amapá. *Amapá*, 13 ago. 1949.

36 Os festejos em comemoração ao dia do trabalho. *Amapá*, 4 maio 1946.

a descoberta de um grande depósito de manganês no rio Amapary (sic), de valor econômico considerável e que, associado à exploração do minério de ferro, vem desvendar um futuro de imprevisível riqueza para o Território [...]. [afirmou ainda] que graças ao trabalho conjugado do governo e do povo, tínhamos diante dos olhos os bons resultados dos esforços despendidos na transformação significativa que se vinha operando no Território.³⁷

O edital para aquisição dos direitos de exploração das jazidas de manganês foi lançado no dia 26 de setembro do mesmo ano. Após uma concorrência acirrada, o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia declarou vencedora a Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minério de Ferro e Manganês (ICOMI), uma das empresas que fornecia minérios para a Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.³⁸ Além desta, participaram do pleito duas outras empresas: a *Hanna Coal & Ore Corporation* (associada à empresa que estava pesquisando o minério de ferro do rio Vila Nova) e a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária de um gigante da mineração mundial: a *United States Steel*.

À parte os detalhes sobre valores e dificuldades na montagem desse complexo de mineração industrial,³⁹ é interessante notar as profundas transformações provocadas por um projeto econômico desse porte em uma realidade como a que existia no Amapá. Mesmo considerando-se que a área onde foram encontrados os depósitos de manganês, chamada Serra do Navio, era extremamente isolada e o acesso muito difícil devido à existência de inúmeras corredeiras no curso dos rios — o que por si só colocava importantes dificuldades de transporte e escoamento —, a proporção do investimento, volume de trabalho e infraestrutura era impressionante, inédito em grande parte da Amazônia, e não se restringia ao entorno da mina.

Podemos destacar quatro grandes instalações construídas em diferentes fases do empreendimento, entre as décadas de 1940 e 1960: um porto exclusivo da empresa às margens do rio Amazonas, uma ferrovia com 200 km de extensão ligando o porto à Serra do Navio, e duas cidades operárias projetadas especialmente para abrigar todos os funcionários empregados pela ICOMI no Amapá, juntamente com suas famílias, dotadas de alojamentos e clubes recreativos diferenciados por categorias funcionais e condição civil (solteiros ou casados, operários, engenheiros etc.), escolas, hospitais, centro comercial, cinemas, restaurantes e várias outras especificidades que as caracterizam como um exemplo clássico de *company towns*, embora a própria ICOMI as chamasse de vilas operárias.⁴⁰

Além de um constante aumento do fluxo migratório de outros estados do Norte e do Nordeste para o Amapá a partir de 1944, houve uma importante modificação nas estruturas sociais e econômicas locais, provocando rearranjos e deslocamentos internos. Muitos trabalhadores viram na instalação de um grande projeto de mineração a oportunidade de se desvencilharem de suas antigas atividades extrativistas e dos constrangimentos impostos pelos barracões e seringalistas, e não hesitaram em se dirigir rumo à área manganífera no rio Amapari, em busca de alguma colocação no empreendimento, tal como registrou Antônio Guerra:

37 Idem.

38 Após ser criada em 8 de maio de 1942, essa empresa passou por algumas mudanças de capital, status jurídico e razão social, até estabelecer-se em definitivo com o nome de Indústria e Comércio de Minérios S.A ou, simplesmente, ICOMI.

39 Sobre valores de empréstimos, capitais, receitas etc. Ver: DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *O Amapá nos tempos do Manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

40 Sobre as diferenças entre *company towns* e vilas operárias ver: PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. “Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950”. In: AMARAL, Alexandre, et. al. *Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011, p. 461-468.

O recrutamento de mão-de-obra está ocasionando a existência de uma corrente de população que deixa o baixo curso da região dos lagos e do [rio] Araguari para subir em direção a Serra do Navio. Os barracões do curso inferior do Araguari e também as sedes das fazendas da região dos lagos estão sendo atingidos mais diretamente com a saída dos caboclos para a zona das minas. Esse êxodo ocasiona o abandono da coleta das sementes oleaginosas, da extração do látex e também das fazendas de gado das áreas referidas.⁴¹

Não há relatos do uso de agenciadores por parte da mineradora ou do governo territorial para a contratação de trabalhadores sem especialização, chamados genericamente de “braçais”. Embora a ICOMI tenha publicado alguns anúncios em jornais de Macapá e Belém, o mais provável é que as amplas redes de sociabilidades tenham sido o principal meio de divulgação sobre as frentes de trabalho no Amapá. Já em relação às funções que exigiam algum conhecimento especializado, foi necessário um esforço bem maior para conseguir atrair um conjunto de profissionais variados, desde operadores de máquinas pesadas até engenheiros, médicos e professores.

A significativa oferta de mão de obra não especializada mantinha um nível regular de trabalhadores à disposição da mineradora para substituir aqueles que não se adequassem àquilo que para a maioria era novidade: uma rígida disciplina de trabalho caracterizada pelo cumprimento de horários e pela realização de tarefas. Após a conclusão das duas primeiras fases do empreendimento, correspondentes à pesquisa sobre a viabilidade econômica da exploração e sobre a construção da infraestrutura básica, a ICOMI passou a fazer exigências de conduta social e moral especialmente direcionadas aos seus operários, associando a normatização do trabalho à instituição de um padrão de família, definindo valores e papéis baseados em noções de gênero, competências e atitudes ideais.

Nesse sentido, a ideia de construir duas *company towns* no interior da floresta amazônica cumpria um papel fundamental que ultrapassava a simples disponibilização de moradia aos funcionários. Além da fixação propriamente dita, tal como demonstrou José Leite Lopes em suas pesquisas sobre vilas operárias no Nordeste,⁴² a ICOMI almejava alcançar dois objetivos básicos: proporcionar atrativos aos empregados graduados como forma de incentivo para que eles aceitassem ir morar em uma região absolutamente isolada, e adequar os trabalhadores braçais a uma rotina de vida e trabalho operário-industrial. Para isso, cada detalhe das cidades da empresa (incluindo móveis, instalações sanitárias, localização das casas) foi pensado de maneira a causar nos trabalhadores braçais a impressão de que eles estavam “evoluindo” a uma condição social muito superior ao que estavam acostumados nas margens dos rios e igarapés.

Havia um “modelo ideal” de família operária. Antes de tudo, somente poderia ocupar uma das residências da mineradora os casais que fossem oficialmente casados, comprovando sua condição por meio do registro em cartório. Os solteiros ocupavam alojamentos específicos — devidamente vigiados e inspecionados —, cujo acesso às áreas comuns, como clube e campos de futebol, ocorria por vias projetadas deliberadamente para que casados e solteiros (especificamente os homens e as

41 GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Amapá*. Op. cit., p. 297.

42 Cf.: LOPES, José Sérgio Leite. *Fábrica e Vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa*. In: LOPES, José Sérgio Leite, et. al. *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. Ver também: LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classes na cidade das chaminés*. São Paulo: UNB/Marco Zero, 1988.

mulheres) não se cruzassem, ou tivessem o mínimo de contato possível. É claro, porém, que havia os momentos de transgressão dessa ordem, como os encontros proibidos entre funcionários e empregadas domésticas nas matas que circundavam Serra do Navio ou nos próprios alojamentos, mesmo que a punição aos amantes fosse a demissão.⁴³

Zenira Vieira da Silva lembra que, ao chegarem a Serra do Navio, sua mãe e seu pai receberam uma cartilha na qual constavam as regras e as condições de convívio elaboradas pela ICOMI, especificamente direcionadas às famílias de operários.⁴⁴ Segundo tais normas, cabia, sobretudo à sua mãe, Sebastiana Vieira da Silva, a manutenção e a limpeza da residência, além das demais funções corriqueiras atribuídas a uma dona de casa, de maneira que seu pai, Ambrósio Lúcio da Costa, deveria ocupar-se tão somente em cumprir suas obrigações com o trabalho e, assim, prover o sustento da família.

Alguns itens da cartilha não eram apenas “orientações”. Para a esposa, a responsabilidade pela higiene e pela conservação da casa, por exemplo, estava muito além da intenção de agradar o marido e proporcionar um ambiente saudável a todos, pois a ICOMI realizava inspeções, sem aviso prévio, em qualquer uma das casas das vilas primária e intermediária, a fim de verificar a maneira como a família estava vivendo. Essas visitas eram feitas periodicamente pela equipe de inspeção sanitária da empresa, mas eventualmente ocorriam sempre que a *company town* recebia autoridades políticas ou grupos de estudantes, especialmente da área de saúde, vindos de diferentes regiões do país. Em caso de uma avaliação negativa da residência, a mulher era chamada em particular e repreendida sobre as falhas encontradas. Se o problema persistisse, então, o homem seria advertido pelo seu supervisor direto sobre as possíveis medidas a serem tomadas. Finalmente, nas situações em que nenhum aviso produzisse o efeito esperado, a companhia poderia demitir o funcionário e despejá-lo com toda a sua família.

Segundo a lógica da empresa, cada um dos aspectos relacionados ao cotidiano de trabalho e ao lazer dos operários solteiros e das famílias operárias — que se formaram ou que passaram a viver em Serra do Navio — deveria ser conduzido de maneira a garantir o cumprimento fiel de suas rotinas, atribuindo funções sociais e responsabilidades econômicas, tornando a todos, enfim, elementos úteis e produtivos aos desígnios da mineradora.⁴⁵

O dia a dia de uma típica família serrana era baseado em uma clara distribuição de tarefas entre pai, mãe e filhos. As crianças deveriam estar na escola às seis e meia da manhã, e lá permaneciam até o final da tarde. Os mineiros saíam das suas casas e se dirigiam até as esquinas onde eram apanhados por caminhões por volta das seis horas e quarenta e cinco minutos, para que pudessem iniciar os trabalhos pontualmente às sete horas, quando soava um estridente apito na área de mineração. Não havia tempo adicional de espera, nem condução reserva para os retardatários. A jornada de trabalho era dividida em turnos de oito horas cada: aqueles que iniciavam o serviço pela manhã, eram deixados em casa às onze horas, para o almoço. Nesse momento, a comida já deveria estar pronta e posta sobre a

43 PAZ, Adalberto Júnior Ferreira. Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964). Op. cit., p. 145

44 Entrevista de Zenira Vieira da Silva, cedida ao autor em 2 de março de 2010.

45 Segundo Foucault, “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”. Cf.: FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 26.

mesa pela esposa, pois ao meio-dia o operário retornaria para a mina, até o final do turno, às dezesseis horas, ou mais, se houvesse hora extra.⁴⁶

À noite, o limite estipulado para a circulação de pessoas no interior de Serra do Navio era até as vinte e duas horas, havendo certa tolerância para aqueles que estavam assistindo a algum filme no cinema da companhia, de acordo com o término da sessão. A partir daí, a vigilância começava as rondas para inibir aqueles que porventura tentassem ultrapassar a imposição do horário, especialmente os casais de namorados, sobre os quais existia uma atenção especial.

Dessa forma, toda a lógica de funcionamento de Serra do Navio preconizava o abandono das antigas formas de sociabilidade, ritmo de vida e trabalho que compunham o cotidiano dos caboclos amazônidas há séculos. A ideia de uma sociedade devotada aos padrões de moralidade burguesa como a acumulação, a produtividade rítmica e constante, o desprezo ao ócio e ao desperdício do potencial de trabalho era uma perspectiva central no primeiro governo do Território Federal do Amapá, o que explica o entusiasmo pessoal de Janary Nunes na concretização do primeiro grande projeto de exploração mineral da Amazônia. E, não obstante tenha sido um empreendimento privado, a mineração em Serra do Navio se tornou pedra angular no processo de transformação econômica e cultural da sociedade amapaense, conforme os anseios dos agentes públicos, a partir dos anos de 1940.⁴⁷

Considerações finais

186

A criação dos territórios federais no final do Estado Novo representou uma iniciativa no sentido de impulsionar o desenvolvimento de áreas consideradas estratégicas, mas bastante atrasadas economicamente. No extremo Norte do Brasil, a realização de tais objetivos passou por uma série de reformas visando à transformação dos hábitos locais, abarcando aspectos não apenas relacionados ao trabalho, mas também socioculturais e familiares.

Logo após a instalação do primeiro governo territorial, a possibilidade de exploração de grandes reservas minerais, como o ferro do rio Vila Nova e o mangangê do rio Amapari, parecia ser a melhor forma de viabilizar o alicerce econômico necessário para realizar esse ambicioso conjunto de metas. A concretização dessa escolha criou um ponto de inflexão tanto na história quanto na memória coletiva amapaense, tendo Janary Nunes como uma personagem central, cuja complexa relação entre o significado e a importância de suas ações políticas e as diversas apropriações que ainda se faz delas, só muito recentemente começou a ser objeto de investigação.

O fato é que a mineração industrial em Serra do Navio acabou se tornando a principal atividade econômica do Amapá até o final do século XX, e o debate em

46 Sobre a importância dos papéis atribuídos aos gêneros na formação da classe trabalhadora envolvendo uma *company town* ligada à mineração na América do Sul, ver: KLUBOCK, Thomas Miller. *Contested communities: class, gender, and politics*. In: Chile's El Teniente copper mine, 1904-1951. Durham and London: Duke University Press, 1998. Do mesmo autor: "Morality and good habits: the construction of gender and class in Chilean copper miner, 1904-1951". In: FRENCH, John D. and JAMES, Daniel. *The gendered worlds of Latin American women workers: from household and factory to the union hall and ballot box*. Durham and London: Duke University Press, 1997, p. 232-263.

47 Outra importante base para a realização desse plano de governo foi o sistema público educacional. Cf.: LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

torno dos seus benefícios ou malefícios ainda se mantém como um tema central nas discussões sobre o passado, presente e futuro no extremo Norte do país. Mais recentemente, a ênfase das críticas recaiu sobre os prejuízos ambientais causados pelas décadas de extração do manganês, sendo que, em 1999, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada na Assembleia Legislativa do Amapá, constatou que a ICOMI seria responsável pelos elevados níveis de contaminação por arsênio e bário nos “mananciais superficiais que abastecem o sistema público de água da capital e do município de Santana”,⁴⁸ como resultado do seu processo de mineração industrial.

Quanto aos caboclos-mineiros, suas reminiscências tendem a enfatizar o sucesso em conseguir “melhorar de vida”, superando as limitações impostas pelas regras da companhia no interior das *company towns*, e o legado que cada um deixou à família, muitas das quais constituídas durante os anos de vida e trabalho como operários no interior da floresta.

Nesse sentido, entender as relações entre os direcionamentos políticos e o impacto das suas decisões em uma sociedade como a existente no Amapá na década de 1940 significa perscrutar o campo de possibilidades entre diferentes tipos de desenvolvimento e a maneira como as pessoas percebem, incorporam e atribuem sentido a essas transformações em suas vidas. Por outro lado, as disputas em torno do tema da valorização econômica da Amazônia, mais recentemente polarizados entre a perspectiva de um aproveitamento “sustentável” dos recursos naturais, em contraposição àqueles de reconhecida e histórica degradação ambiental, recolocam a problemática de uma estranha modernidade — continuamente anunciada para a região — na maioria das vezes exógena e indiferente às especificidades locais.

Recebido em 30/10/2013
Aprovado em 15/05/2013

48 MONTEIRO, Clélio Roberto. “Recomendações de ordem técnica da comissão parlamentar de inquérito que apura o processo de desmonte da ICOMI”. In: Assembleia Legislativa do Estado do Amapá. *Relatório final da CPI da ICOMI*. Macapá: ALEA, 1999, p. 4.